

A LITERATURA NO LIMITE

Paulo Custódio de Oliveira*

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões sobre a arte literária que podem contribuir para o ensino de outros saberes a ela associados, tais como a leitura e a produção textual. Para discutirmos essa dimensão didática e pedagógica do trabalho daqueles que lidam com a Literatura, nos valeremos de alguns mecanismos de abordagem criados pela fenomenologia da linguagem de Merleau-Ponty (1984). As reflexões que se seguem pretendem aproximar o trabalho dos profissionais que atuam na área de Linguística e de Literatura.

Palavras-chave: Literatura. Leitura. Produção textual.

PALAVRAS INICIAIS

■ **O** texto que se segue procura isolar três equívocos cristalizadores do significado das palavras oralidade, leitura e produção de texto. Acreditamos que, em muitos casos, o ensino da Literatura tem sido substituído por outros em virtude de um descompasso na apreensão do sentido dessas palavras. Assim como um copo põe em ordem a água que levamos à boca. Esses saberes técnicos são imprescindíveis à apreciação da Literatura. O copo, porém, não se confunde com a água da mesma forma que o que sabemos sobre leitura e produção de textos jamais tomará o lugar da Literatura.

A propósito das sugestões de enfoque do ensino da Literatura que se seguem, deve-se fazer uma ressalva primeira: a Literatura não serve para veicular quaisquer outras formas de conhecimento externas a ela. Veicula, pois, um saber que não pode ser reduzido a outro. O ensino das tecnologias do texto não pode tomar a obra de arte literária como aprioristicamente responsável por tarefas distintas dessa dimensão primeva. Essa afirmação não pode despertar contendas apres-

* Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados – MS – Brasil. *E-mail:* pensepaulo@gmail.com

sadas e inúteis. Não vou professar a prevalência do saber literário. A questão a ser desenvolvida está radicada nas consequências da palavra/verbo “serve”. Questionar o uso da obra de arte literária como sucedâneo de um significado ou suporte para um saber que a supera está na raiz do esforço aqui empreendido.

O professor que a ensina é constantemente atropelado por questões de natureza histórica e ideológica que influenciam o seu trabalho. Muitas delas não são necessariamente literárias, embora façam parte do escopo de saberes ligados à Literatura. As atividades escolares envolvendo Literatura demandam uma consciência profissional plasmada de um cuidado com a liberdade, propriedade fundamental da criação literária. Fazer exercícios, propor questões e abordagens não pode mitigar essa natureza primordial do objeto estético.

Por isso, a palavra “formação” no contexto da profissionalização do professor de Literatura é um grande desafio pedagógico para a universidade. Não há como preparar sem interferir de alguma maneira no conjunto de conhecimentos trazidos pelos acadêmicos para a sala de aula. E não podemos cair na tentação das fórmulas prontas. As condições peculiares desse trabalho devem encontrar respaldo não só na boa vontade dos muitos professores do corpo, mas também em discussões cada vez mais intensas, cujo objetivo seja desenvolver mecanismos mais eficazes no trato dos problemas da sociedade que está no entorno das universidades.

Somos um país de poucos cidadãos alfabetizados. Nossas necessidades básicas são tão prementes que, em certas situações, o refinamento trazido pela Literatura afigura-se um luxo dispensável. Nesses casos, muito embora a maioria das pessoas entenda o perigo de uma Literatura ou uma teoria frágeis, acabamos caindo na demoníaca fórmula dos países subdesenvolvidos, explicando nossas dificuldades pelas conquistas das nações mais abastadas. Digo demoníaca porque a constatação em geral não aponta soluções e a quantificação da distância entre nossos alfabetizados e os deles costuma justificar nosso próprio desânimo ao enfrentar o problema.

Fato é que nossas carências viscerais ofuscam até as mais responsáveis abordagens. Em virtude disso, ninguém, senão os professores responsáveis pelo seu ensino, conseguem dar explicações contundentes a propósito de sua necessidade.

Essa prática pedagógica está no centro de uma série de contendidas que nada têm a ver com a obra de arte escrita. Os assuntos poderiam ser tratados pela Sociologia, pela Filosofia e até mesmo pela Antropologia. No entanto, é preciso individuar o raciocínio para se extrair melhor proveito dele. Sugere o método, que o maior esforço seja feito no ponto passível de maior desenvolvimento. Em virtude dessa premissa, as palavras que se seguem procuram acompanhar as dificuldades e condicionamentos nocivos próprios de uma sala de aula. Elas procuram também ambientar seu entorno, recortando apenas o interessante para esse ambiente do ensino.

Os recursos investidos na formação de professores de Literatura confirmam a ideia de que o Estado e a sociedade geram expectativas sobre alguns resultados. Elas nem sempre são claras. Os defensores do ensino de Literatura dificilmente estão em direção comum, o que termina por mitigar o alcance das práticas docentes.

Também não é grande o número de professores hábeis na tarefa de socializar o fruto dos seus estudos. Há muitos professores honestos dedicados à tarefa de conhecer a fundo as próprias impressões sobre as formas de ensinar a Literatura.

Ocorre que a complexidade do assunto engendra a dos estudos e dos resultados conseguidos, provocando, depois de algum tempo, essa impressão de distância entre as pesquisas dos professores universitários e as pessoas que poderiam ser beneficiadas por elas. Mas é bom registrar: a universidade existe para pensar os problemas entrevistados na realidade. Não há qualquer motivo ou tentativa por parte dela de se desviar destes ou inventar outros. Acredito que, no caso da Literatura (e das artes em geral), há resistência porque os saberes estéticos não podem ser divisados nitidamente na lida cotidiana. Caso tenhamos sucesso com este pequeno escrito, apontaremos alguns equívocos que causados por se assumir muito rapidamente esta opinião.

LITERATURA E ORALIDADE

A expressão literatura oral é uma contradição. Oral significa “da palavra falada ou cantada”. Ao passo que a palavra “Literatura” significa “obra de arte escrita com letras”. Todavia, muitas produções importantes para a Literatura sobreviveram por muito tempo apenas na memória e na voz. O caso mais famoso é o dos dois longos poemas considerados como berço da Literatura ocidental: a *Ilíada* e a *Odisseia*. Atribuídos ao rapsodo Homero. Como são cantares louvando a bravura do povo grego durante a longa guerra contra Troia, as músicas sobrevivem até Homero nos instrumentos musicais e na voz de muitos cantores anteriores a ele. Homero apenas teria compilado essas canções e organizado nelas uma narratividade. Hercúleo trabalho, mas não de autoria. Os dois poemas ainda esperariam muito tempo para serem escritos, uma vez que a escrita grega ainda não tinha necessária flexibilidade para registrar nuances psicológicas tão necessárias à construção dos personagens. Era uma escrita voltada para o comércio e se esgotava nessa função. Assim, o poema compilado por Homero teria esperado ainda 200 longos anos para ser escrito. E quem há de lhes negar importância menor em virtude desse berço oral? Na verdade, isso foi historicamente maravilhoso. Sem o registro da letra, os poemas estavam livres para serem alterados pelos rapsodos, cujo esforço era sempre tocar mais e melhor para sua plateia. É de pressupor que os poemas criados no seio dessa “democracia criativa” tenham recebido muita contribuição dos populares que ajudou a moldar. A ausência da grafia é ponto importantíssimo de todo esse processo. Camões escreve seu longo poema *Os Lusíadas* já lamentando que obras como a sua sejam o epílogo da poesia épica.

Para registrar o *ethos* de um povo, o poema não poderia ser escrito. Disposto apenas na memória, o poema épico estaria aberto para receber a contribuição de todos e assim poder decantar um sentimento geral. Pode-se dizer que escrever interrompe o *modus operandi* das primeiras manifestações da nossa ficção. Deveríamos ter um termo para esse tipo de manifestação estética que prescinde (e até recusa) a letra. Na falta dele usamos a expressão literatura oral, tentando vencer a contradição com o hábito.

Oralidade, pois é o falar sem registro, *Literatura oral* é a ficção decorrente dela. Embora legítimas, as duas formas não desfrutam da mesma importância que suas correlatas, a linguagem escrita e a Literatura. A discriminação e a invisibilidade das primeiras têm motivações econômicas, sociais, políticas e, portanto, também estéticas. Em virtude de uma série de motivos, a Literatura hoje está nos livros.

O choque das obras de arte literárias eleitas pela academia com as representações orais é de uma complexidade enorme. A dinâmica da convivência dessas duas formas de expressão oferece constantes desafios aos teóricos.

O professor de Literatura é obrigado a negociar constantemente com tais contradições. Por um lado, ensinar pode ser uma maneira de dar continuidade ao processo de aculturação de que temos tanta vergonha nos últimos tempos. Como conduzir grandes contingentes de pessoas a praticar uma cultura letrada em muitos casos distante da sua? Com que direito se deve administrar o conteúdo das apostilas e livros, geralmente escritos em grandes centros urbanos (quase sempre alinhavado por resumos e apresentações das escolas literárias), a pessoas que moram em pequenas comunidades no interior do país? Por outro lado, como não fazê-lo? Seria o caso de eleger os movimentos folclóricos locais? Com ampla compreensão do problema, Walter Benjamin (1985, p. 225) afirma que todo documento de cultura é também um documento de barbárie.

É preciso discutir com frequência a questão a fim de preparar os novos professores para a armadilha dos extremos. Perder a noção de distância tanto de um quanto do outro (a saber: tanto as obras canonizadas quanto as que estiveram à margem dos catálogos até hoje) pode sabotar, em longo prazo, as tentativas de conquista da transcendência libertadora, que identificamos como a formação completa do indivíduo como cidadão.

É providencial e lúcido aceitar que, no Brasil, a literatura nunca conseguiu se estabelecer como motor de mobilidade social e inspiração para a democracia. Em nosso país, a força da palavra falada, dadas as condições de formação e alfabetização da população brasileira, é muito maior que as letras. Muito embora, em geral, as pessoas esperam que alguma fala confirme o que está escrito.

Até a algum tempo atrás, acreditava-se que a condição da Literatura e das Letras brasileiras haveria de mudar caso o número de alfabetizados aumentasse rapidamente. Tínhamos a esperança de que os leitores pudessem alavancar o consumo da alta literatura e assim aproveitar os benefícios de uma cultura letrada. A erudição dos países desenvolvidos é almejada porque se percebe neles melhor distribuição de benefícios entre a população.

Mas no Brasil isso não aconteceu. A utopia do país de leitores da alta literatura esbarrou em uma verdade histórica frustrante. A quase totalidade das pessoas que receberam letramento literário não pratica a alta literatura. Jamais se dirigem voluntariamente para Clarice Lispector ou Guimarães Rosa. Uma vez alcançadas as letras, eles costumam se dedicar às histórias em quadrinhos e aos *best-sellers*. O resultado, para os padrões idealizados pelos teóricos, é desanimador.

Nesse sentido, é um esforço indubitavelmente válido discutir a questão nos bancos universitários. É preciso colocar as crises para os alunos e considerar soluções de educadores que souberam contornar problemas semelhantes. É preciso convidá-los a olhar para a educação de maneira menos simplista. A Universidade deve oportunizar boas condições de pesquisa a fim de que a inteligência coletiva (única verdadeiramente revolucionária) possa gerar soluções inovadoras, alicerçadas em observações precisas e diretas dos problemas. Isso implica promover uma reengenharia na metodologia de formação de professores de Letras. Talvez até uma mudança no nome do campo do saber. Por que não? Parece-me que o enfoque do nome do curso, voltado para a palavra “letras”, não tem condições de promover todas as mudanças necessárias.

Existem, já há algum tempo, movimentos empenhados em promover a visibilidade dos que estiveram nos bastidores da Literatura brasileira. Recentemente corrigiu-se o descaso dos pesquisadores e da universidade com as pesquisas da oralidade. Isso trouxe muitos benefícios à combatida questão das hierarquias sociais brasileiras, aumentando o respeito de todos pelas tradições orais, por exemplo.

Entretanto, o estudo da oralidade sobrevive em meio a uma ironia trágica, que não deve ser negligenciada pelos professores de Literatura: o oral é sempre trazido para a Academia por letrados bem-intencionados. São as *Letras* cuidando da *fala*, outorgando-lhe importância. Por esse caminho, dificilmente a oralidade conseguirá o respeito que merece. Os iletrados jamais alcançarão liberdade se sua importância não for conquistada nos moldes de sua cultura.

Sabemos que, para uma dada condição humana alcançar a transcendência, é necessário permitir o seu desenvolvimento de maneira autônoma e independente. Raciocínio que se desdobra em aporia, uma vez que cumpri-lo no âmbito das Letras implica permitir (ou oportunizar condições para) aos iletrados continuarem a sê-lo.

LEGITIMAR A ORALIDADE

Não há como levar a efeito um pensamento assim proposto. Mas o raciocínio continua válido. Tudo que consideramos importante deverá continuar exigindo ser escrito. Só precisamos pensar de maneira mais complexa o fenômeno da oralidade. Ela não é simples e desordenada como dá a entender esta sociedade grafocêntrica. Luis Antonio Marcuschi (1997), em um texto sobre o assunto, esclarece que o senso comum não percebe as nuances estruturais da oralidade.

Com isto, descobrimos que, comparando uma carta pessoal em estilo descontraído com uma narrativa oral espontânea, haverá menos diferenças do que entre a narrativa oral e um texto acadêmico escrito. Por outro lado, uma conferência universitária preparada com cuidado terá maior semelhança com textos escritos do que com uma conversação espontânea.

Veja-se, por exemplo, o equívoco de muitos autores que consideram a fala como dialogada e a escrita como monologada, confundindo uma das formas de textualização da fala com a própria modalidade de uso da língua. Também a idéia de planejamento não passa de uma perspectiva ou critério de observação do contínuo e não como característica de uma das duas modalidades (MARCUSCHI, 1997, p. 138).

Como disse o linguista, embora as pessoas acreditem que a oralidade seja o terreno do caos, da redundância e da imprecisão, essa desorganização da fala simplesmente não existe. O que existe é um escalonamento, uma hierarquia semelhante à que já classificamos na escrita. Assim como a escritura, a oralidade está exposta a uma infinidade de situações contingenciais que lhe alteram a forma e o significado. Uma coisa é deixar um bilhete para a mãe informando o horário da chegada, outra é preparar uma palestra para uma plateia de letrados. Se não há motivos para aproximarmos esses dois extremos, também não podemos misturar todos os eventos orais em um mesmo saco.

A contextualização do problema explicado por Marcuschi revela uma generalização profundamente danosa. Uma das premissas da literariedade da Litera-

tura é considerá-la fruto de um imenso trabalho intelectual, quase sempre voltado para a coerência dos elementos dispostos na narrativa ou no poema. Com efeito, não se admite que uma obra de arte literária tenha um defeito dessa natureza. A ideia equivocada de desorganização natural da oralidade torna-se obstáculo para a sua legitimação enquanto arte.

Ao ignorar os vários níveis de oralidade, o professor de Literatura fica sem elementos para defender a validade/verdade estética de produções dela decorrentes. Ele não tem argumentos para defender a cultura oral da indiferença intelectual. Será engolido pelo senso comum, que a considera “pouco organizada ou simples demais” para figurar entre os modelos canonizados. É a partir dessa dicotomia, fruto de um equívoco, que nasce o par opositivo arte/artesanato. A primeira é investida de autoridade, tomada como fruto de um aprimoramento civilizatório, resultado de pesquisas e de árduo trabalho intelectual. O segundo não tem como se tornar literatura porque é resultado de empenho pessoal, de habilidades mais ou menos desenvolvidas que carecem de organização.

Isso é uma obtusão. Trava todo o diálogo com as produções orais. Impede que a inteligência dos pesquisadores/professores possa refinar as formas de abordagem, a criação de ferramentas de análise e a definição de critérios avaliativos.

É vedado ao professor de Literatura brasileiro responsável manter-se indiferente à quantidade de analfabetos de nosso país. Inobstante, urge respeitar esse grupo e reconhecer que ele desenvolve um conjunto de obras que deve ser chamado de estética. Deve-se trabalhar para que essas manifestações alcancem o lugar hoje desfrutado pelas letras. É preciso aprender a negociar com isso, sob pena de não produzir o incremento da cidadania e o refinamento crítico que se espera de um bom profissional do ensino.

LITERATURA E LEITURA

Desconhecer, ignorar ou manter-se indiferente à oralidade atrapalha o ensino da Literatura de maneira distinta do obstáculo criado pela ignorância do que é leitura. Nada saber de oralidade exclui um grupo, discrimina pessoas. Mas deixa movimentar a máquina do cânone literário. Mas desconhecer o que é a leitura (e propor-se ensiná-la) faz travar as próprias engrenagens do ensino de Literatura.

A maioria das pessoas não sabe o que acontece consigo mesmo quando lê. Um pouco dessa dificuldade deriva do fato de que as hipóteses científicas nesse campo não podem ser apresentadas segundo as regras prescritas pelo empirismo moderno.

Não é possível ao pesquisador adentrar o terreno da mente humana e observar o que ocorre por lá. Ficamos, então, no campo das especulações intelectuais, que acabam por repetir a estrutura do conhecimento que já se tem sobre a linguagem. Nesse sentido, pode-se dizer que estudar a leitura tem sido o mesmo que manter-se no terreno das pesquisas de Linguística e de Filosofia da Linguagem.

Segundo o modo de abordagem tradicional, a linguagem ordinária era uma organização linear de assuntos que seriam apresentados sintaticamente. Presumia-se que o sentido de um livro era obtido gradativamente. Um processo longo, no qual cada elemento seria pré-requisito para o posterior, num encadeamento onde o sentido de cada palavra ia se somando aos demais. De palavra em palavra, de página em página, chegava-se ao ponto final onde estariam amalgama-

das todas as etapas anteriores. Esse pensamento sofreu uma grande reviravolta no século XX. O racionalismo decimononista cedeu lugar a algo mais complexo nos tempos atuais, deflagrando novos modos de pensar a Linguagem.

As pesquisas no campo da linguagem complicaram a aceitação dela como resultado complexo da racionalidade. Depois da fenomenologia, não é mais possível compreender a linguagem como algo que “transporta significado” de maneira linear. Estamos mais propensos a considerar hoje que ela não é só racional como sugerem as estruturas gramaticais a que se dedicam os livros didáticos.

Seguindo a ruptura desse paradigma e acrescentando novos e instigantes problemas, a Fenomenologia afirma ser o pensamento a própria dinâmica da linguagem. Tal como a água e o copo, eles não se confundem. Mas a metáfora não é boa para esse caso, pois o pensamento e a linguagem não têm como serem percebidos isoladamente. Isso implica reconsiderar o que, para o Iluminismo, seria descartável em nosso raciocínio. Se linguagem e pensamento formam a rosca helicoidal do raciocínio, aquilo que, antigamente, era tratado como lixo da atividade ordenada é tão nobre quanto o resultado vazado racionalmente. A suposta desordem é apenas algo que não cabe dentro das regras rígidas do racionalismo iluminista, mas que deve ser observado sem os preconceitos trazidos por ele. Irracionalismo não é um vazio de significado, mas um excesso dele. Lemos, em Merleau-Ponty (1984, p. 133), uma lúcida explanação desse excesso de significado ainda inteiro, sem as amputações da organização racional:

Há uma significação “linguageira” da linguagem que executa a mediação entre minha intenção ainda muda e as palavras, de tal sorte que minhas palavras surpreendem a mim mesmo e me ensinam meu pensamento. Os signos organizados têm seu sentido imanente, e este não depende do “eu penso”, mas do “eu posso”.

Muito embora o raciocínio se constitua no esforço natural da mente, o sentido é uma surpresa para ela. É lícito supor que a leitura não deriva apenas da organização textual, muito embora dela não possa ser desconectada. Mas sim compreende um processo que ultrapassa o simples alinhamento dos sentidos de cada palavra. O texto literário é um lance, um impulso na direção do significado. E pode-se dele concluir mais que o contrato estabelecido entre leitor e escritor. Ser surpreendido pelo seu próprio raciocínio é o tesouro da linguagem literária. Esse instante epifânico revela nossa capacidade de ir além dos raciocínios previamente estabelecidos.

Em outro momento, Merleau-Ponty (1984) aprofunda as consequências dessa afirmação asseverando que o texto literário mobiliza um sentido que não está circunscrito apenas à ordem e à disposição lógica das letras, mas também àqui para o que ele aponta.

O que há de risco na comunicação literária, e de ambíguo, irreduzível à tese em todas as grandes obras de arte não é um delíquio provisório do qual se pudesse esperar extimi-la, mas o esforço a que se tem de consentir para atingir a literatura, ou seja, uma linguagem a explorar, que nos conduz a perspectivas inéditas em vez de nos confirmar as nossas. Nada veríamos se não tivéssemos, em nossos olhos, um meio de surpreender, interrogar e formar configurações de espaço e cor em número definido. Nada faríamos se não dispuséssemos, junto ao corpo, de algo que, saltando sobre todas as vias musculares e nervosas, nos leva a um ponto. Ofício análogo executa a linguagem literária; da mesma maneira imperio-

sa e breve, o escritor, sem mediar nem preparar, nos transporta do mundo já dito ao que está dizendo. E como o corpo só nos leva por entre as coisas se cessarmos de o analisar para usá-lo, a linguagem só se torna literária, quer dizer, produtiva, se deixarmos de perguntar a todo momento por suas justificações para segui-la em suas sendas, se permitirmos às palavras e a todos os recursos de expressão do livro que se envolvam nessa auréola de significação que lhes vem de seu arranjo singular, e ao escrito inteiro volver-se a este estado ulterior em que assume, quase a irradiação muda da pintura (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 171).

Observe atentamente a frase: “a linguagem só se torna literária, quer dizer, produtiva, se deixarmos de perguntar a todo momento por suas justificações para segui-la em suas sendas”. O saber literário só se entrega àquele que a ele se entrega. Não há possibilidade de inverter esse encaminhamento. No dizer do filósofo da linguagem, ler significa muito mais que descobrir uma sequência de sentidos atualizados por letras. É também descobrir esse além apontado por elas. A Literatura, tomada pela ótica do pensador francês não acontece isolada, nem prescinde da atividade do sujeito que lhe assume. Aliás, nem tem condições de arvorar-se Literatura se não alcançar o patamar dessa interação ontognoseológica.

À medida que os conceitos vão sendo reconhecidos, estes vão se valendo dos sentidos instaurados historicamente (seja pela vivência do leitor ou pelo *continuum* da leitura) para informar um caminho ao olhar/raciocínio do leitor. A leitura da Literatura é um ultrapassamento. O sentido – de repente – se desvela. E vai-se tomando consciência dele de maneira irregular porque ler é debater-se constantemente com o desconhecido, desenhando um espectro de compreensão de difícil redução ao que está registrado no conjunto do livro.

O professor que estabiliza seu trabalho de compreensão do texto na decodificação dos sentidos das palavras e das conseqüências sintáticas atrapalha muito àquele que busca compreender o saber literário. É preciso acrescentar: não há chance de caminhar sem esses saberes. No entanto, o saber propiciado pela Literatura não se reduz a eles. O saber literário está na capacidade de elevar o significado à condição de projeto, de proposta de comércio subjetivo com os significados tradicionais. Ensinar ler a Literatura é criar ambiente para essa liberdade de lançar-se ao significado, ao propósito velado do texto literário que será sempre alcançar no leitor o que ele, enquanto texto, só pode apontar.

LITERATURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

Ensina-se mal a leitura, mas não só ela. São também raros os que preparam adequadamente os alunos para a escritura. Se ler não é apenas decodificar o significado das palavras, escrever também não se reduz a colocá-las em ordem. Em primeiro lugar, é preciso voltar a afirmar-se que o estudo da Literatura deve chegar a um momento em que se revela ao estudante que a Literatura só serve para conquistar o tipo de saber que ela proporciona. Muito embora os conhecimentos literários possam abrir clareiras em outras formas de saber, esse objetivo será sempre secundário. Portanto, não se pode ensinar Literatura esperando-se conquistar a habilidade de escrever. Pensar dessa forma reduz drasticamente os horizontes do processo. Como nos diz Vargas Llosa (2009, p. 69), “a Literatura produz um refinamento civilizatório que mantém a qualidade espiritual da civilização”. Isso não pode jamais ser enumerado por umas quantas habilidades.

Muitos professores de Literatura, no entanto, a tomam como meio de oferecer modelos de escritura para um aluno. O estudo da Literatura consistiria em apresentar textos consagrados e, portanto, dignos de serem copiados.

Uma série de equívocos está aqui manifestada. É certo que escrever textos de qualidade exige domínio da linguagem escrita. Mas o que é escrever? O que deve ser dominado na escrita e de que maneira esse poder deve se revelar no ato da criação literária?

Escrever bem não implica ser proprietário de um grande número de palavras. Tecnicamente, todas estão no dicionário à espera de nossos olhos ávidos. O mais difícil é alcançar qualidade nessa avidez, que implica uma entrega existencial à clareira do significado possível. Falta ao escritor médio a habilidade para negociar com essa situação que é simples possibilidade à espera de uma sintaxe atualizadora. A maioria das pessoas não consegue colocar as ideias do texto de forma ordenada. Quem pretende adquirir isso tem que se preparar para grandes desafios e constantes questionamentos. Sem esse envolvimento de natureza ontognoseológica, não haverá possibilidade de intervir positivamente no trajeto de um futuro escritor.

ESCRITURA E ONTOGNOSEOLOGIA

Escrever não prescinde das habilidades técnicas administradas pelo professor que se esmera em estabelecer distinções entre “descrição”, “narração” e “dissertação”. Mas a escrita literária é sempre uma busca ontológica.

A palavra está aqui utilizada na acepção cunhada por Martin Heidegger, para quem a mais nobre atividade da Filosofia é a busca pelo Ser (esse-aí), que nós mesmos somos, por meio de uma labuta, de uma escavação no saber cristalizado pelo conjunto das condições geográficas, históricas, sociais e econômicas.

Uma ontologia consiste no reconhecimento (um distanciamento crítico) das coisas do mundo. Tal movimento de apropriação reflexiva exige grande habilidade no trato com a palavra, pois ela que informa o mundo ao indivíduo na dimensão própria ao mergulho na própria existência. As palavras constituem o universo interior e enformam a pessoalidade. Contudo, conhecemos as palavras e os significados de uma só vez. Ou seja, o interior dos indivíduos pode até receber articulações específicas, mas jamais deixará de ser o que lhe foi permitido por suas contingências.

As consequências disso transformam-se em angústia. O homem se sente inautêntico porque percebe como colcha de retalhos da tradição. A ruína (segundo Heidegger) é o desvio ou recusa de cada um tornar-se si mesmo. Em favor das preocupações cotidianas, que distraem e perturbam. Nega-se o embate interior, conquista do próprio essencial. Mas o que é o contrário disso? Como alcançar a autenticidade? Ao escritor é apresentada a possibilidade de conquistá-la vencendo o significado tradicional das palavras. Ou melhor, forçando seu vocabulário a dizer algo distinto do projeto de significado formado pelas contingências geradoras do verbo. A contradição de escritura literária é que o texto verdadeiramente artístico projeta para fora de si mesmo sem jamais abandonar as fronteiras do mundo em que se encontra submerso.

Toda escrita de natureza literária apresenta esse limite problemático, cujo traço marcante é a negação do si e o movimento projetivo para fora.

É natural considerar todo conhecimento (*gnose*) como conhecimento de si (*onto*). E a escrita mediatiza essa relação abrindo espaço para o constante redimensionamento do que se sabe. Escrever, no sentido literário do termo, é uma iluminação da linguagem. Não é possível alcançar luz por meio da linguagem técnica, aquela que toma a realidade como objeto. O escritor vive na linguagem como a água no oceano, ou o ar na atmosfera ou a lava no vulcão. Conhecer da forma literária implica comemorar o mundo criado com a criatura. Não é conhecer pela análise metafísica nem especificá-la através da linguagem científica.

Dito isso, é preciso considerar que até bem pouco tempo, nossas posturas didático-pedagógicas ofereciam algumas dificuldades mesmo para os bem-intencionados aprendizes. O ensino da escritura se esgotava na cópia e desenvolvimento de modelos de dissertação, narração e descrição presentes nas obras de grandes mestres da Literatura. Estabelecer a discussão nesse âmbito rouba a cena do verdadeiro trabalho que a Literatura pode prestar.

PALAVRAS FINAIS

Oralidade, leitura e produção de textos não podem ser entendidas de maneira superficial por um professor de Literatura. Ao profissional da educação está entregue a tarefa de, ao dar-lhe voz, colocá-lo em discussão. Por esse motivo foi dito acima que a palavra “formação” é de natureza complexa quando o assunto é educação. Moldes e fórmulas sempre serão atropelados pelo dinamismo das criações literárias. É preciso conhecer os problemas tradicionais e estar preparado para inventar soluções e abordagens inovadoras para os problemas que surgirem.

É difícil encontrar medida justa para o trabalho de educadores de educadores. No ensino de Literatura, boa intenção realmente não basta. Para ensinar Literatura é preciso um profissional que assuma a responsabilidade de fazer a mente de outra pessoa ser mobilizada para um tipo de saber naturalmente iconoclasta. E sua maior habilidade técnica esteja – talvez – em não confundir esse “fazer pensar” com “obrigar a pensar”. Educação é diferente de adestramento. O mestre deve criar condições para a mente educada libertar-se das premissas ideológicas que a tornam escrava de um modo único de acerrar-se da realidade. Em suma, que ele se torne hábil na negociação com a ambiguidade.

Para ser chamado de professor de Literatura, é preciso aceitar que o outro precisa ser livre da forma mais profunda possível. Mesmo que esse outro insista em afirmar não ter condições de sê-lo.

É preciso fazê-lo aceitar sua fala sem perder de vista as enormes pressões que pesam sobre aqueles que não sabem escrever. É preciso torná-lo leitor, demonstrando que ler implica respeito ao significado criado pelo autor, mas que exige posições intelectuais e discussão do leitor para negociar com o desconhecido.

Ler um texto literário é caminhar por um corredor limitado por duas portas. Para correr o ar e oxigenar a consciência, é necessário abrir-se as duas: uma para o mundo desvelado pela letra e outra para o eu que *nela e por ela* se revela. É necessário habilitá-lo para a escrita, criando condições de alcance das dimensões ontológicas deflagrantes do significado de suas letras.

A maneira de agir do professor não pode jamais sufocar as pessoas que estão à sua volta com o saber do passado. É preciso que as pessoas sob seus cuidados

possam reconhecer que é possível dialogar com a tradição. Isso é fundamental para que todos se sintam capazes de localizar suas próprias trajetórias na direção do desconhecido. Pode parecer absurdo, mas um professor de Literatura é alguém que trabalha para, um dia, não ser mais necessário. Ele será um profissional vitorioso se um aluno estiver motivado a ler bons livros sem as costumeiras pressões que o acuum.

É preciso inteligência intersubjetiva para não confundir essa atitude com resiliência. O professor deve assumir seu posto e as dificuldades inerentes a ele. Humildade não significa declinar de suas metas nem evitar os atos que se espera dos poderes que lhe foram dados. Sem orientação não será possível gerar conhecimento e criatividade.

LITERATURE ON THE EDGE

Abstract: The purpose of this paper is to present some reflections on the literary art that can contribute to the education of other knowledge associated with it, such as reading and textual production. To discuss this didactic and pedagogical dimension of the work of those who deal with literature will be used some concepts created by the Phenomenology of Merleau-Ponty language. The reflections that follow are intended to approximate the work of professionals working in Linguistics and Literature area.

Keywords: Literature. Reading. Text production.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. O conceito de história. In.: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. Magia e técnica. Arte e política. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MARCUSCHI, L. A. Oralidade e escrita. *Signótica*: Revista do programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 119-146, 1997.
- MERLEAU-PONTY, M. *Textos escolhidos*. Seleção e tradução Marilena Chauí et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os pensadores).
- VARGAS LLOSA, M. Em defesa do romance. *Revista Piauí*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 37, p. 64-69, out. 2009.

Recebido em agosto de 2015.

Aprovado em novembro de 2015.